



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**13ª Vara Federal de Curitiba**

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Ahu - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

**AÇÃO PENAL Nº 5019501-27.2015.4.04.7000/PR**

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**RÉU:** RENATO DE SOUZA DUQUE

**RÉU:** JOAO VACCARI NETO

**RÉU:** AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONCA NETO

**DESPACHO/DECISÃO**

Proferi a seguinte decisão em 23/09/2015 (evento 201):

*"Retomo despacho de 17/08/2015.*

*Junte a Secretaria a estes autos cópia da sentença prolatada na ação penal conexa 5012331-04.2015.4.04.7000.*

*Apreciei os requerimentos das partes na fase do art. 402 do CPP, eventos 158 e 185.*

*Em processo a parte (5035958-37.2015.4.04.7000), o MPF, em 22/07/2015, requereu a quebra do sigilo telefônico dos seguintes números acusado João Vaccari Neto e da testemunha Paulo Roberto Salvador (evento 1):*

*"JOÃO VACCARI NETO, CPF nº 007.005.398-75:*

- 1. (11) 3188-5218;*
- 2. (11) 99325-9751;*
- 3. (11) 3243-1356;*
- 4. (11) 5589-7500;*
- 5. (11) 99299-1683;*
- 6. (11) 3243-1313;*
- 7. (11) 97618-1208;*

*PAULO ROBERTO SALVADOR, CPF nº 817.603.298-00:*

1. (11) 99652-2242;

2. (11) 3292-1748."

*Naquele processo solicitei esclarecimento do MPF Foram prestado no evento 6.*

*Aqui cabe ressaltar que o procedimento adotado pelo MPF não foi adequado.*

*A medida requerida é instrumental à presente ação penal.*

*Estando a instrução em andamento e não havendo risco de eficácia ao provimento judicial caso deferido, deveria ter o MPF formulado o requerimento na ação penal e não a parte em procedimento sob sigilo.*

*Ademais, deveria tê-lo requerido pelo menos na fase do art. 402 do CPP e não depois.*

*Entretanto, como a prova requerida, aparenta ser bastante relevante para o julgamento do feito, resolvo, para a melhor instrução do feito, apreciar o requerido, reabrindo a instrução.*

*Remetendo ao fundamentado na decisão de recebimento da denúncia, reputo presente justa causa para a quebra pretendida em relação a João Vaccari. Também há em relação à testemunha Paulo Roberto Salvador, que, na Gráfica Atitude, seria o responsável pelo recebimento dos valores que teriam sido pagos pela Setec Tecnologia à empresa e que, segundo o acusado Augusto Mendonça, faria parte do acerto de propina.*

*Assim, defiro o requerido e decreto a quebra do sigilo dos terminais telefônicos acima, incluindo dos dados das ligações efetuadas no período de 22/07/2010 a 31/12/2014.*

***Expeça-se***, com urgência, ofício nos termos requeridos pelo MPF na petição do evento 1 do referido processo. Fixo prazo máximo de 15 dias para cumprimento. Encarrego o MPF de encaminhar o ofício. Autorizo o MPF que diligencie diretamente junto às operadoras de telefonia para obtenção dos dados mais rapidamente.

*O resultado da prova deverá ser juntado aos autos.*

*Em vista do decidido, necessário também oportunizar às Defesas novos requerimentos probatórios, se for o caso. Concedo, desde logo, o prazo de cinco dias, sem prejuízo de vistas do resultado da prova quando juntado aos autos.*

***Intime-se*** o MPF e as Defesas desta decisão".

Não houve resposta, até o momento, de nenhuma das operadoras.

A Claro e a Vivo solicitaram dilação de prazo para o envio das respostas (ev. 216 e 222), o que foi concedido (ev. 218 e 223).

A Defesa de João Vaccari Neto insurgiu-se contra a quebra do sigilo das linhas telefônicas listadas nos itens 1, 4, 5, 6 e 7 acima, sob alegação de que não seriam a ele diretamente vinculadas, ou por ele utilizadas, devendo inicialmente ser solicitado

os dados cadastrais das referidas linhas.

Intime-se o MPF, por telefone, para juntar aos autos o resultado disponível da quebra de sigilo de dados e dina para esclarecer as questões postas na petição do evento 215. Prazo de cinco dias.

Curitiba, 03 de novembro de 2015.

---

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700001242289v11** e do código CRC **a6c09a45**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): **SÉRGIO FERNANDO MORO**

Data e Hora: 04/11/2015 09:35:22

---

**5019501-27.2015.4.04.7000**

**700001242289 .V11 FRH© SFM**